



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**RECOMENDAÇÃO nº 18/2008**

Desobstrução das Áreas de Preservação Permanente (APP) antes da implantação dos setores habitacionais passíveis de regularização

O Ministério Público no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos II, III, VI, e IX da Constituição Federal c/c os arts. 5º, III, “b”, “c” e “d”, 6º, XIV, “c”, “d”, “f” e “g”, XIX, “a” e “b”, XX, e 7º da Lei Complementar nº 75/93, e

**Considerando** que incumbe ao Ministério Público promover as ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto à probidade e eficiência administrativas, ao ordenamento territorial e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme art. 225 da CF/88;

**Considerando** a imposição constitucional dirigida ao Poder Público em qualquer de suas esferas de: **a)** preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico sustentável das espécies e ecossistemas; **b)** de definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes (tais como corredores ecológicos e zonas de tamponamento de unidades de conservação) a serem especialmente protegidos, sendo a sua alteração e supressão permitidas somente por meio de lei, vedada qualquer alteração que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção e; **c)** de proteger a fauna e a flora (art. 225, I, III e VII, Constituição Federal);

---



**Considerando** que, consoante o disposto no art. 1º, §2º, II, do Código Florestal (Lei nº 4.771/65, alterada pela Lei nº 7.803/89 e pela Medida Provisória nº 2.166-67/2001) a Área de Preservação Permanente é a “área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”;

**Considerando** que, consoante o disposto pelo art. 2º, alínea “b”, do Código Florestal, são Áreas de Preservação Permanente as áreas que estão ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios de águas naturais ou artificiais;

**Considerando** que a Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada em 1993, em seu art. 301, I e II, considera como área de Preservação Permanente os lagos e lagoas, bem como as faixas marginais de proteção de águas superficiais;

**Considerando** que, ao regulamentar o art. 2º, “b”, do Código Florestal, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA através do art. 3º, I, da Resolução nº 302, de 20 de março de 2002, delimitou a Área de Preservação Permanente ao redor de lagos e lagoas artificiais situados em áreas urbanas consolidadas numa faixa de metragem mínima de 30m (trinta metros) em projeção horizontal, medidas a partir do nível máximo total;

**Considerando** que os únicos usos permitidos em Áreas de Preservação Permanente são aqueles que não descaracterizem sua função ecológica e, conseqüentemente, social, sendo que sua supressão somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social definidos no art. 1º, § 2º, IV e V, da Lei 4.771/65, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, e somente quando inexistir alternativa técnica ou locacional ao empreendimento proposto (art. 4º do Código Florestal);



**Considerando** que são espaços territoriais especialmente protegidos, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, de modo a preservar os seus atributos essenciais, as coberturas vegetais nativas, as unidades de conservação e as que assim sejam declaradas em lei (art. 302, Lei Orgânica do Distrito Federal);

**Considerando** que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal definiu como Áreas com Restrições Físico-Ambientais as áreas com restrições de uso em razão de sua fragilidade ou funcionalidade físicas e bióticas nas imediações de zonas urbanas (art. 32 da Lei Complementar Distrital nº 17/97);

**Considerando** que as terras públicas do Distrito Federal consideradas de interesse para a proteção ambiental não poderão ser transferidas a particulares a qualquer título (art. 280 da Lei Orgânica do Distrito Federal);

**Considerando** que os bens do Distrito Federal, o que abarca suas terras, destinar-se-ão prioritariamente ao uso público, respeitadas as normas de proteção ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico, e garantido o interesse social (art. 51, *caput*, Lei Orgânica do Distrito Federal);

**Considerando** a medida liminar concedida na Ação Civil Pública nº 2005.01.1.090580-7 que determina que o Distrito Federal se abstenha de autorizar e licenciar construção ou qualquer outra atividade que não seja de utilidade pública ou interesse social, com base no Decreto 24.499/04, na pendência da lide, dentro do perímetro dos 30 metros da Área de Preservação Permanente da Orla do Lago Paranoá, sob pena de multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada ato.

**Considerando** o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 02/2007, Cláusula Vigésima Quinta, *caput*, em que o Distrito Federal, por intermédio de sua Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, e o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, entidade ambiental licenciadora competente, assumem a obrigação de fazer consistente em, de forma integrada, no âmbito dos licenciamentos ambiental e



urbanístico dos parcelamentos irregulares do solo: **Inciso III** – exigir, na respectiva Licença de Instalação – LI, nas hipóteses de licenciamentos ambientais corretivos, a desocupação das áreas de preservação permanente – APP, no prazo de até 12 (doze) meses, contado da data da expedição da Licença de Instalação – LI, a partir do qual será iniciada a recuperação de todas as APP degradadas, inclusive as que não foram objeto de ocupação, a ser executada segundo cronograma estabelecido pelo ente ambiental competente no respectivo Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD;

**Considerando** que a tutela do meio ambiente, na conformidade do art. 225, §3º da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, impõe a responsabilidade civil, administrativa e penal a todos que pratiquem condutas ou omissões lesivas ao meio ambiente, aí incluídos os agentes públicos envolvidos.

**Considerando** que constitui crime previsto no art. 68 da Lei nº 9.605/98, ao qual se comina pena de detenção de até três anos e multa por *“deixar aquele, que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental”*.

**Considerando** ser a eficiência e a moralidade pública princípios constitucionais próprios à Administração Pública, consoante inteligência do art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

**Considerando** que a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92) estabelece ser ato de improbidade administrativa contra os princípios norteadores da Administração Pública *“retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício (art.11-II), punível com “ (...) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, pagamento de multa civil até 100 (cem) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público (...)”*, entre outras sanções.



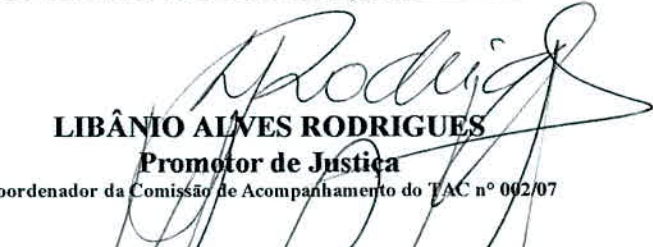
### RESOLVE RECOMENDAR

Ao Sr. **Cássio Tanigushi**, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal e ao Sr. **Gustavo Souto Maior**, Presidente do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental – IBRAM:

1. O cumprimento de obrigação de não fazer consistente em não licenciar, permitir ou autorizar qualquer obra, ocupação ou atividade nas Áreas de Preservação Permanente – APP dos parcelamentos clandestinos de solo da Orla do Lago Paranoá;
2. O cumprimento de obrigação de não fazer consistente em não promover o registro cartorário de qualquer lote ou área em parcelamento clandestino de solo localizado na área da Orla do Lago Paranoá, sem que haja o licenciamento ambiental e urbanístico desses parcelamentos, com a previsão da desocupação das Áreas de Preservação Permanente – APP existentes, bem como da aprovação e início da execução dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) dessas APPs.

Brasília, 19 de dezembro de 2008.

  
**LEONARDO AZEREDO BANDARRA**  
Procurador-Geral de Justiça do MPDFT

  
**LIBÂNIO ALVES RODRIGUES**  
Promotor de Justiça  
Coordenador da Comissão de Acompanhamento do TAC nº 002/07

  
**KATIA CHRISTINA LEMOS**  
Promotora de Justiça

  
**ANA CAROLINA MARQUEZ**  
Promotora de Justiça

RECEBIDO Nº PROTOCOLO BA  
GERAP/SEDUH  
Em 22/12/08 às 16:31  
Rubrica Archie Matrícula 1638653

RECEBIDO/IBRAM  
Tipo Documento R  
Data 22/12/2008  
1436945 [Signature]  
Matricula Servidor  
Protocolo nº 888.003.949/08